

# Lula vai mais uma vez ao TSE reclamar da revista Veja

19/10/2006

O PT e a coligação que apóia a candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entraram com Representação no Tribunal Superior Eleitoral, nesta quarta-feira (18/10) com pedido de direito de resposta contra a revista *Veja*. O relator da matéria é o ministro Marcelo Ribeiro.

A ação tem como alvo a Editora Abril, que publica a revista, representada pelo presidente, Roberto Civita e mais o diretor de redação, Eurípedes Alcântara; o redator-chefe, Mário Sabino; e os editores-executivos, Carlos Graieb, Jaime Klintowitz, Marcio Aith, Marcos Emílio Gomes e Vilma Gryzinski. A editora e os jornalistas são defendidos pelo advogado Alexandre Fidalgo, do escritório Lourival J. Santos Advogados.

A Representação acusa a *Veja* de publicar reportagem “caluniosa, difamatória, injuriosa e inverídica”, que atingiu a honra do candidato-presidente, de sua coligação e do PT.

Segundo os advogados dos autores, a reportagem de capa intitulada *Dossiêgate – Limpeza de Alto Risco*, faria “afirmações precipitadas (respaldadas em denúncias anônimas) e criminosas, revelando um jornalismo acusatório, com nítido, claro e inequívoco propósito eleitoral”. Os representantes afirmam que o objetivo da matéria é prejudicar o presidente Lula às vésperas da votação do segundo turno.

A Representação contesta a reportagem *Um enigma chamado Freud*, com o subtítulo *Ele e o dossiêgate são como fogo e dinamite. Por isso, uma operação está em curso para mantê-los afastados. Se ela falhar, será um deus-nos-acuda*.

Segundo os representantes, “a referida operação em curso é descrita pela revista como uma sucessão de crimes, cometidos, um após o outro, para encobrir a origem do dinheiro usado para compra do dossiê”. Acrescentam, também, que o enredo utilizado pela revista utiliza o ex-assessor da Presidência da República Freud Godoy como uma espécie de “blindagem” ao presidente Lula.

Os advogados sustentam que a revista recorre a um tom acusatório, mesmo não sendo ela “o Ministério Público, a Polícia Federal ou a Justiça Eleitoral para fazer acusações”. Citam trechos da publicação que comprovariam o tom inquisitório da publicação: “Todos os fatos, indícios e versões até agora apontam para o cometimento de crime eleitoral, cuja pena é a cassação do registro da candidatura do envolvido — neste caso, o presidente Lula — ou a perda do seu mandato”.

Os advogados classificam de “terrorismo eleitoral” o fato de a revista afirmar que “há envolvimento do candidato Lula em supostos ilícitos e crimes”, fazendo correlação com o resultado das eleições, a duas semanas do pleito.



Ainda segundo os representantes, o texto faz acusações contra a coligação A Força do Povo ao falar da arrecadação dos fundos de campanha, referindo-se a caixa-dois, crimes eleitorais e captação ilícita de recursos. Alegam também ofensa ao Partido dos Trabalhadores observada em trechos como: “O PT arriscou o pouco que restou de sua imagem na compra fracassada do dossiê falso contra os tucanos”. De acordo com os representantes, tal afirmação leva a crer que toda a legenda esteve envolvida na suposta compra do dossiê.

Fonte: [https://conjur.jumps.com.br/2006-out-19/lula\\_vez\\_tse\\_reclamar\\_revista\\_veja/](https://conjur.jumps.com.br/2006-out-19/lula_vez_tse_reclamar_revista_veja/)